



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2018



ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Análise das contas	4
4. Controlo da execução orçamental	9
5. Cumprimento de determinações legais	10
6. Notas finais	11
7. Anexos	13

PG
2
[Signature]



1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por MP) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à MP a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.

A estrutura acionista da MP é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da MP celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.

Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela MP.

P6
3



Nos termos da legislação aplicável, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da MP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, compete ao Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efetuada relativa ao 3.º trimestre de 2018.

2. FACTOS RELEVANTES

O presente relatório teve por base a documentação disponibilizada pela empresa, designadamente, a "Informação de Gestão – setembro - Capítulos Financeiros", a "Informação de Gestão – setembro - Capítulos de Gestão", o Balanço individual em 30 de setembro de 2018, a Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 30 de setembro de 2018 e as atas da Comissão Executiva do 3.º Trimestre de 2018, bem como o relatório elaborado pelo ROC referente ao mesmo período.

Da informação analisada, destaca-se que:

- A 30 de setembro de 2018 a MP apresenta património líquido e fundo de maneio (ativo corrente menos passivo corrente) negativos de 2.751 milhões de euros e de 545 milhões de euros, respetivamente;
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual está dependente do contínuo suporte financeiro do Estado Português para o reequilíbrio económico-financeiro da concessão, da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos e do sucesso futuro das suas operações;
- À data de 30 de setembro de 2018 não foram efetuados testes de imparidade aos direitos de concessão registados nos ativos intangíveis, cujo saldo ascende a 1.836 milhões de euros. A MP apenas efetua testes de imparidade sobre estes ativos anualmente, sendo que, a 31 de dezembro de 2017 foi concluído pela inexistência de imparidade nos referidos ativos. Deste modo, não se tendo alterado os pressupostos assumidos, considera-se, com base na análise do ROC, que não existem indícios de imparidade a 30 de setembro de 2018;
- No âmbito do acordo realizado em maio de 2017 com a entidade ProMetro, S.A., a MP recebeu o montante de 9 milhões de euros em 2 tranches, em julho de 2017 e janeiro de 2018. Encontra-se pendente a regularização do IVA liquidado relativo a esta operação no montante global de cerca de 7 milhões de euros, tendo a empresa procedido ao reconhecimento de provisão sobre 50% deste montante em 2017. Na perspetiva de que esta política de provisionamento possa não ter sido a mais consistente, a 30 de setembro de 2018, o passivo encontrava-se subavaliado e o resultado sobreavaliado pelo montante de cerca de 3,5 milhões de euros.

3. ANÁLISE DAS CONTAS

Integrando a empresa o perímetro das Administrações Públicas enquanto entidade pública reclassificada, passou, a partir de 1 de janeiro de 2018, a estar vinculada à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Assim, do anexo ao presente relatório constam o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, reportados a 30 de setembro de 2018, elaborados de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP.

P6
4
[Assinatura]



Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço face a 31 de dezembro de 2017 e à análise comparativa dos gastos e rendimentos no final do terceiro trimestre de 2018 com igual período do ano anterior, destacando os pontos seguintes:

3.1 CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Financiamentos Obtidos

O valor dos financiamentos da MP, reportado a 30 de setembro de 2018, era a seguinte:

Unidade: m€		
	30.09.2018	31.12.2017
Empréstimos mútuos	444 500	447 000
Banco Europeu de Investimentos	444 329	525 133
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	2 664 362	2 475 024
Locação Material Circulante - LEP	160 230	165 213
Bonificação BEI	130	130
Bonificação LEP	1 951	1 951
Total	3 715 502	3 614 451

Até 30 de setembro de 2018 foram contraídos novos financiamentos junto do Estado, via DGTF, no montante global de 189.338 milhares de euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial).

Os pagamentos efetuados até 30 de setembro de 2018 relativos a amortização da dívida foram os seguintes:

Unidade: €	
Amortização da dívida	
Empréstimos mútuos	2 500 000
Banco Europeu de Investimentos	80 803 523
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	0
Locação Material Circulante – LEP	4 983 368
Total	88 286 891

As prestações de capital e juros vencidas em 31 de maio de 2018 relativas a empréstimos obtidos junto do Estado, via DGTF, no montante global de 411.909 milhares de euros¹, não foram objeto de regularização².

¹ Que inclui as prestações de capital vencidas em 30 de novembro de 2017, cujo pagamento foi diferido para a data supramencionada.

² Esta regularização veio a verificar-se em 21 de dezembro de 2018.

P6₅
D
Dufur



3.1.2. Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica evidenciada no balanço reflete o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos pela MP (swaps de taxa de juro), reportado a 30 de setembro de 2018, determinado em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente).

A composição da carteira detida não registou alteração, integrando quatro instrumentos financeiros derivados, sendo que apenas um deles se encontra classificado como sendo de cobertura para efeitos contabilísticos. Deste modo, de acordo com as normas contabilísticas em vigor, a flutuação do justo valor do swap classificado como de cobertura é registada por contrapartida do património líquido, enquanto que a flutuação do justo valor dos restantes instrumentos financeiros detidos é reconhecida em resultados.

Apresentamos a evolução ocorrida nesta rubrica em 2018:

Unidade: €			
	30.09.2018	31.12.2017	Variação
Instrumentos financeiros derivados	387 742 760	438 999 680	-51 256 920

A evolução do justo valor da carteira de swaps de taxa de juro detida foi favorável no montante de cerca de 51,3 milhões de euros, do qual cerca de 1,3 milhões de euros foi reconhecido em património líquido, de acordo com a política acima descrita.

3.1.3. Outras dívidas a pagar

A 30 de setembro de 2018, o valor de "outras dívidas a pagar" decompõe-se da seguinte forma:

Unidade: €			
	30.09.2018	31.12.2017	Variação
Acréscimos de gastos	43 724 909	45 928 904	-2 203 996
Dívidas ao pessoal	57 422	57 457	-35
Outros credores	408 512	438 609	-30 097
Total	44 190 842	46 424 970	-2 234 128

A redução ocorrida nesta rubrica resulta, essencialmente, do efeito líquido: a) da regularização, efetuada no primeiro trimestre, no valor de cerca de 36,3 milhões de euros (juros dos Swaps contratados junto do Banco Santander, ao abrigo do acordo celebrado em maio de 2017) e; b) do acréscimo de juros nos três primeiros trimestres de 2018, no montante de cerca de 32,1 milhões de euros³.

³ Incluindo os juros de empréstimos ao Estado vencidos em 31-05-18 e não pagos.

P6
B
Aut



3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

Ao nível da procura, registava-se, no final do terceiro trimestre de 2018, um aumento de 2,9% do número de validações (+1.305.975 validações), quando comparado com igual período do ano anterior. No que respeita ao indicador passageiros.Km este aumentou 2,5% face ao período homólogo de 2017.

Consequentemente, os rendimentos, que incluem nomeadamente os réditos associados ao sistema de metro ligeiro e do funicular, apresentaram um crescimento de 4,7%. O agravamento registado ao nível dos gastos de exploração (3,2%), conduziu a uma melhoria da taxa de cobertura global de natureza operacional em cerca de 1,3 p.p., de 92,2%, em 30 de setembro de 2017, para 93,5% à data analisada. Esta variação de gastos está essencialmente relacionada com o aumento de despesas com a operação de cerca de 0,7 milhões de euros e das Outras despesas correntes (0,9 milhões de euros) em consequência, essencialmente, do registo do montante da despesa resultante da sentença do processo Transdev (1,1 milhões de euros).

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a MP apurou um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos positivo, no valor de 15,7 milhões de euros, apresentando uma melhoria face ao período homólogo de 2017, de cerca de 2,4 milhões de euros. Face aos elevados encargos financeiros suportados, o resultado líquido do período foi negativo no valor de 72,3 milhões de euros, tendo sido registada uma evolução positiva face a igual período do ano anterior de 1,5 milhões de euros. Para esta evolução favorável contribuiu essencialmente, quer a variação do EBITDA, quer a melhoria do impacto da flutuação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos de 4,5 milhões de euros, compensado pelo efeito negativo do aumento de encargos financeiros de 4,0 milhões de euros, face ao período homólogo.

Em termos da evolução das diversas rubricas, será de destacar o seguinte:

Provisões

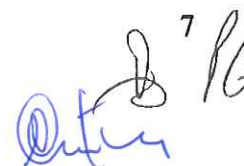
	30.09.2018	30.09.2017	Unidade: € Variação
Provisões líquidas ⁽¹⁾	1 677 542	10 037 015	-8 359 473
(1) Valor líquido das reversões.			

As provisões registadas até ao terceiro trimestre de 2018 resultam essencialmente da reversão de uma provisão no montante de 1.500.697 euros (efetuada em anos anteriores), relacionado com o Grupo Transdev.

A setembro de 2017 existiu um impacto no resultado resultante da reversão de provisão relacionada com custas processuais no processo com o Banco Santander no montante de cerca de 10.037 milhares de euros, devido ao acordo ocorrido em abril de 2017 e que isentou a empresa de qualquer pagamento a este título⁴.

O reporte acima efetuado utiliza a correta contabilização das reversões que ocorreu no final de 2017.

⁴ Refira-se que, para efeitos de Demonstrações Financeiras a 30 de setembro de 2017, o montante referido foi considerado na rubrica de "resultados transitados", tendo sido posteriormente corrigido para a linha de "provisões líquidas" na demonstração dos resultados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017.

 7/16



Aumento / reduções de justo valor

Unidade: €			
	30.09.2018	30.09.2017	Variação
Perdas por redução de justo valor	0	3 178 533	-3 178 533
Ganhos por aumento de justo valor	49 404 704	48 096 621	1 308 083
Impacto líquido em resultados	49 404 704	44 918 088	4 486 616

Em função da avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente), notamos que a variação do justo valor dos contratos de swap entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de setembro de 2018 apresentou um impacto positivo no resultado da Empresa em cerca de 49.404 milhares de euros, ou seja, um valor superior em 4,5 milhões de euros face ao período homólogo.

3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do orçamento nos primeiros 9 meses de 2018 foi a seguinte:

Unidade: m€					
Descrição	Real set/18	Orçamento set/18	Execução semestral	Orçamento anual 2018	Execução anual
Gastos					
Fornecimentos e serviços externos	37 547	57 382	65,43%	64 420	58,28%
FSE modelo intangível (IAS 11)	6 130	16 197	37,85%	21 596	28,38%
Gastos com o pessoal	3 382	3 413	99,09%	4 550	74,33%
Gastos de depreciação e amortização	44 409	43 051	103,15%	57 401	77,37%
Provisões do período	0	0	-	0	-
Outros gastos	1 169	9 716	12,03%	12 669	9,23%
Gastos de financiamento	92 949	84 878	109,51%	125 091	74,31%
Imposto s/o rendimento período	0	0	-	20	0,00%
Total de gastos	179 456	198 440	90,433%	264 151	67,94%
Rendimentos					
Prestações de serviços	42 780	50 075	85,43%	67 429	63,44%
Prest. Serv. mod intangível (IAS 11)	6 130	16 197	37,85%	21 596	28,38%
Subsídios à exploração	2	0	-	0	-
Reversão de imparidades	0	0	-	0	-
Reversão de provisões	1 678	0	-	0	-
Ganhos por aumento de justo valor	49 405	0	-	0	-
Outros rendimentos	12 857	0	-	16 641	77,26%
Juros e outros rend. similares	437	10	-	13	3361,54%
Total de rendimentos	107 159	50 085	213,95%	84 083	127,44%
Resultado líquido do período	-72 297	-148 355	48,73%	-180 068	40,15%

8
D. P. G.
Aut.



Em 30 de setembro de 2018 verificou-se um desvio favorável do resultado líquido face ao orçamento de cerca de 76,1 milhões de euros. Este desvio resulta, designadamente, da diminuição dos gastos de financiamento não previstos no orçamento de cerca de 8,1 milhões de euros, nomeadamente encargos com swaps contratados junto do Banco Santander, e redução dos Fornecimentos de Serviço Externos de 19,1 milhões de euros. Verificou-se também um contributo favorável ao nível dos rendimentos não orçamentados, nomeadamente os ganhos por aumento de justo valor (49,4 milhões de euros), reversão de provisões de 1,7 milhões de euros e outros rendimentos no montante de 12,9 milhões de euros. Estes valores foram compensados pela perda de receita de prestação de serviços, face ao orçamentado, no montante de 7,3 milhões de euros.

4 – CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONTABILIDADE PÚBLICA

No terceiro trimestre de 2018 foi aprovada a alteração orçamental solicitada em 23 de maio de 2018, para a realização do aumento da rubrica orçamental de Ativos Financeiros e a redução de Outras Despesas correntes, no montante de 130,5 mil euros.

Os mapas de controlo orçamental reportados a 30 de setembro de 2018 (valores acumulados) resumem-se da seguinte forma:

Unidade: m€					
Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau execução %
Despesa efetiva	261 767	199 904	151 164	110 603	58%
Ativos financeiros	134	133	133	1	100%
Passivos financeiros	667 013	469 830	83 304	583 709	12%
Total despesa	928 914	669 867	234 601	694 313	25%

(1) – O valor da execução dos Passivos financeiros não corresponde ao valor das amortizações de empréstimos, visto que, em contabilidade pública a Locação Material Circulante – LEP não é classificada em Despesa com Passivos Financeiros, tendo antes impacto na despesa efetiva.

Unidade: m€			
Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de execução %
Receita efetiva	78 944	58 407	74%
Passivos financeiros	860 836	189 338	22%
Saldo gerência anterior	12 507	12 507	100%
Receita extra orçamental	269	0	-
Total receita	952 556	260 251	27%

Em 30 de setembro de 2018, e com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo orçamental e o respetivo reporte encontravam-se automatizados.

9
D. P. B.
D. P. B.



5. ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

5.1. Orientações e Objetivos de Gestão

A MP encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE).

Não foram estabelecidos objetivos de gestão específicos, para além das metas definidas no Ofício nº 3708, de 7 de agosto de 2017, da DGTF, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2018. Por outro lado, o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 não se encontrava aprovado à data de 30 de setembro.

5.2. Remunerações

A MP tem vindo a dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

5.3. EBITDA e Eficiência Operacional

A informação trimestral apresentada permite aferir de forma indicativa a evolução dos seguintes indicadores:

- O EBITDA de 2018 aumentou face a 2017 (período homólogo) passando de cerca de 13,2 milhões de euros para cerca de 15,7 milhões de euros, contribuindo para o cumprimento da orientação da DGTF;
- O EBIT registou uma melhoria, passando de -29,8 milhões de euros para -28,8 milhões de euros, contribuindo para o cumprimento da orientação da DGTF;
- O GAP operacional de tesouraria do 3.º Trimestre de 2017 era de cerca de -2.987 mil euros (92,2%) e melhorou no terceiro trimestre de 2018 para -2.566 mil euros (93,5%), o que resultou de um aumento de gastos operacionais de cerca de 3,2% e aumento de rendimentos de 4,7%. Este resultado contribui para o cumprimento do objetivo previsto no n.º 1 do artigo 145.º do DL n.º 33/2018 (DLEO 2018), de 15 de maio;
- As despesas com pessoal (sem rescisões) e com deslocações, estadas e transportes diminuíram face ao período homólogo de 2017, contribuindo para o cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018.

5.4. Acréscimo de Endividamento

No terceiro trimestre de 2018, o acréscimo de endividamento remunerado corrigido do capital social realizado foi de cerca de 2,8%, percentagem superior ao valor indicativo das orientações contidas no citado ofício da DGTF.

Recorda-se que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei do OE/2018, de 29 de dezembro, o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material, nos termos definidos no artigo 146.º do DLEO 2018.

5.5. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

No entanto, apenas a título indicativo, verifica-se que o PMP apurado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a 30 de setembro de 2018 é de 55 dias, inferior ao PMP apurado pela DGTF a 31 de dezembro de 2017 (55 dias).



5.6. Unidade de tesouraria

A MP tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, concentrando as suas operações financeiras no IGCP e mantendo contas bancárias apenas para as necessidades decorrentes de compromissos contratualmente definidos ou relativas a operações não asseguradas pelo IGCP. Face a estas necessidades, foi apresentado um requerimento em 2017 no sentido de que fosse aplicado à MP o regime de exceção previsto no artigo 111º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 90º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março, o qual foi deferido em julho de 2018.

5.7. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A 30 de setembro de 2018, com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo dos compromissos encontrava-se automatizado⁵.

6. NOTAS FINAIS

Face ao período homólogo do ano anterior assistiu-se a um aumento do EBITDA no montante de 2,4 milhões de euros.

O nível de endividamento da empresa e os elevados encargos financeiros suportados penalizaram, porém, fortemente os resultados alcançados, continuando a ser apurado um resultado líquido negativo, do qual resulta um saldo negativo de património líquido de 2.751 milhões de euros.

Por conseguinte, entendemos que o modelo de financiamento da MP deveria ser reformulado.

Face a este enquadramento, a continuidade das operações da empresa dependerá, essencialmente, da manutenção do apoio financeiro do acionista Estado, apoio esse que tem vindo a ser reafirmado pelo seu representante nas Assembleias Gerais Anuais.

Porto, 12 de março de 2019

O Conselho Fiscal

A Presidente

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Os Vogais

Eng. António Maria Silva Caetano

Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo

⁵ Resultado de inquérito efetuado pelo ROC a elementos do departamento administrativo/financeiro da MP.



7. ANEXOS

P₆¹²
Dufur



Balanço individual em 30 de setembro de 2018

valores em euros			
RUBRICAS	Notas	30/09/2018	30/09/2017
ATIVO			
Ativo não corrente		3 075 131	3 232 161
Ativos fixos tangíveis		1 836 336 556	1 894 514 178
Ativos intangíveis		707 233	207 127
Participações financeiras - método da equivaência patrimonial		1 840 118 920	1 897 953 466
Ativo corrente		3 226 853	4 469 708
Clientes		20 740 695	27 288 714
Estado e outros entes públicos		36 563 175	44 228 897
Outros créditos a receber		88 738	60 260
Diferimentos		7 810 610	5 992 054
Outros ativos financeiros		72 005	72 005
Ativos não correntes detidos para venda		26 804 720	21 606 452
Caixa e depósitos		95 306 797	103 718 088
Total do ativo		1 935 425 717	2 001 671 554
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito		7 500 000	7 500 000
Outros instrumentos de capital próprio		224 808	224 808
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados		(10 616 629)	(13 467 192)
Resultados transitados		(3 188 961 218)	(3 088 677 502)
Ajustamentos em participações financeiras		1 134 786	1 123 530
Subsídios ao investimento		504 454 182	520 019 511
Outras variações no capital próprio		7 598 036	4 334 423
Resultado líquido do período		(72 296 540)	(73 842 916)
Total do património líquido		(2 750 962 575)	(2 642 785 337)
PASSIVO			
Passivo não corrente		528 987 399	538 329 340
Provisões		3 129 753 373	3 584 395 927
Financiamentos obtidos		387 742 760	457 085 433
Instrumentos financeiros derivados		4 046 483 532	4 579 810 699
Passivo corrente		8 744 647	1 408 973
Fornecedores		174 432	993 719
Fornecedores de investimentos		758 750	207 832
Estado e outros entes públicos		585 748 736	2 040 115
Financiamentos obtidos		44 190 842	59 988 914
Outras dívidas a pagar		287 352	6 639
Outros passivos financeiros		639 904 760	64 646 193
Total do passivo		4 686 388 292	4 644 456 892
Total do património líquido e passivo		1 935 425 717	2 001 671 554

13
[Handwritten signature]



Demonstração individual dos resultados por naturezas
do período findo em 30 de setembro de 2018

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	valores em euros	
		2018	2017
Réditos			
Serviços prestados (construção)		6.129.739	4.250.888
Serviços prestados (transporte)		35.864.824	34.142.488
Outras vendas e serviços prestados		786.032	1.265.903
Outros rendimentos			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		2.165	8.070
Outros rendimentos		13.294.030	12.644.966
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (construção)		(6.129.739)	(4.250.888)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (operação e manutenção)		(27.018.998)	(26.362.503)
Outros fornecimentos e serviços externos		(4.398.196)	(4.885.474)
Gastos com o pessoal		(3.382.084)	(3.401.715)
Imparidade de dívidas a receber			
Provisões líquidas		1.677.542	
Outros gastos		(1.168.551)	(176.839)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.656.765	13.234.896
Gastos de depreciação e de amortização		(44.408.835)	(43.050.798)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(28.752.070)	(29.815.902)
Juros e rendimentos similares obtidos		1	127
Juros e gastos similares suportados		(92.949.175)	(88.945.229)
Aumentos/Reduções de justo valor		49.404.704	44.918.088
Resultado antes de impostos		(72.296.540)	(73.842.916)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(72.296.540)	(73.842.916)
Resultado líquido do período por ação		(48)	(49)

14